

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS / EAD

Cássia Betânia da Silva

**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO ÀS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA**

MARAGOGI - AL

2020

CÁSSIA BETÂNIA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO COMO
FORMA DE INTERVENÇÃO ÀS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Ciências Sociais como requisito
parcial para conclusão da licenciatura em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Amaro Xavier Braga
Júnior

MARAGOGI-AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

- S586a Silva, Cássia Betânia da.
A atuação do professor de sociologia no ensino médio como forma de intervenção às práticas de violência em sala de aula / Cássia Betânia da Silva. – 2020.
48 f. : il., figs. e tabs. color.
- Orientador: Amaro Xavier Braga Júnior.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Universidade Aberta do Brasil. Instituto de Ciências Sociais. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais à Distância. Maragogi, 2020.
- Bibliografia: f. 42-45.
Apêndice: f. 46.
1. Professores de sociologia. 2. Intervenção. 3. Violência na escola. I. Título.

CDU: 316: 37

À Deus, aos meus pais, a minha mãe pela força e paciência. Às pessoas envolvidas no Curso de Ciências Sociais da UFAL, principalmente aquelas que convivi nesse espaço.

AGRADECIMENTOS

À Deus, aos meus pais, a minha mãe pela força e paciência, aos professores e tutores do curso, as pessoas que se disponibilizaram para responder ao questionário e a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indireta me ajudaram durante o curso. Enfim, para todos que torcem e acreditam na minha capacidade.

“O conhecimento sociológico é mais profundo e amplo do que a simples formação técnica – representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta. Adquirir uma visão sociológica do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o conhecimento sociológico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive.”

(COSTA, 1997, p.37)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do professor de Sociologia como forma de intervenção às violências praticadas por e entre os alunos em sala de aula. Para tanto, utilizou-se do questionário on-line respondido por 87 professores de Sociologia do ensino médio levando em consideração questões como perfil, condição e atuação. Trabalhou-se a hipótese de que os professores de Sociologia podem atuar na intervenção da violência praticada por e entre os alunos em sala de aula mas também aponta dificuldades devido a suas limitações. Entre os resultados observou-se que os professores podem atuar de alguma maneira na intervenção da violência praticada por e entre os alunos em sala de aula, mas também possuem dificuldades de atuar em situações de violência extrema que se somam pela falta de suporte e apoio institucional; dificuldades na desnaturalização da violência que variam entre formados e não formados; e diferenças nas formas de abordagens dos conteúdos sobre a temática conferindo singularidades ao profissional com formação específica. Nota-se que os professores possuem dificuldades nos casos mais graves àquelas que fogem ao fazer docente; A formação específica do professor de Sociologia bem como sua continuidade colabora para abordagem e atuação mais instrumentalizada por meio de ferramentas teóricas metodológicas frente a essas manifestações. Sugere-se formação específica para lecionar a disciplina e participação política do Estado de forma mais ativa para atuar como um dos grandes aliados no enfrentamento às dificuldades do trabalho docente bem como essas diferentes manifestações de violência.

Palavras-chave: Violência; escola; professor; sociologia; intervenção.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of the Sociology teacher as a form of intervention to violence practiced by and among students in the classroom. For that, the online questionnaire answered by 87 high school sociology teachers was used, taking into account questions such as profile, condition and performance. The hypothesis was worked out that Sociology teachers can act in the intervention of violence practiced by and among students in the classroom, but also points out difficulties due to their limitations. Among the results it was observed that teachers can act in some way in the intervention of violence practiced by and among students in the classroom, but they also have difficulties to act in situations of extreme violence that are added by the lack of support and institutional support. ; difficulties in the denaturalization of violence that vary between trained and non-trained; and differences in the ways of approaching the contents on the theme, giving singularities to professionals with specific training. It is noted that teachers have difficulties in the most serious cases to those who flee while teaching; The specific training of the Sociology teacher as well as its continuity contributes to a more instrumental approach and performance through theoretical methodological tools in the face of these manifestations. Specific training is suggested to teach the discipline and political participation of the State in a more active way to act as one of the great allies in facing the difficulties of teaching work as well as these different manifestations of violence.

Palavras-chave: Violence; school; teacher; sociology; intervention.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	12
2.1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR	15
2.2 DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	16
3. A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO	10
4. METODOLOGIA.....	27
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
8. APÊNDICE	49

1. INTRODUÇÃO

A violência é um problema social bastante preocupante que está presente em todas as esferas da sociedade. Não obstante essa violência também se reproduz nos intramuros da escola onde professores, alunos e demais atores vivenciam no seu cotidiano diferentes formas dessas manifestações. Se sua função foi em algum momento, também de protetora, passou a ser um espaço privilegiado para essas manifestações seja como receptora, reprodutora, e/ou coautora desses conflitos.

No entanto, apesar de tal condição, a educação é um meio pelo qual existem mecanismos que a tornam, se não o principal, um dos caminhos para prevenção e intervenção, e talvez até o combate à violência escolar ou em quaisquer outras esferas que tenha tomado tamanha dimensão. A escola é um espaço por excelência no qual o indivíduo tem a oportunidade de experienciar de modo organizado formas construtivas de interação angariando um saber que propicie as condições para o exercício da cidadania, da construção do saber, da construção da identidade e de reconhecer o outro como diferente e de que também faz parte da sociedade. E os professores (as) de Sociologia do ensino médio, apresenta-nos como um dos atores importantes a partir de sua atuação nesse processo de construção de conhecimento.

Neste sentido, busca-se abordar sobre a questão da violência nas relações entre alunos em sala de aula e a intervenção do (a) docente de Sociologia neste espaço de escolarização. Os objetivos específicos pautam-se em conceituar a violência escolar e por entre os alunos, o histórico da disciplina e o perfil dos professores (as) de sociologia do ensino médio, tendo em vista a importância de discutir a prática desse profissional enquanto professor da disciplina de Sociologia como meio de intervenção. Dessa forma, o objetivo geral pauta-se em analisar a atuação do professor de sociologia como forma de intervenção às práticas de violência entre os alunos em sala de aula.

A pesquisa trabalha com a hipótese de que os professores de Sociologia podem atuar na intervenção da violência praticada por e entre os alunos em sala de aula mas também aponta dificuldades devido a suas limitações.

O interesse na temática parte não só porque o fenômeno da violência escolar é extremamente preocupante, como também da necessidade de saber até que ponto os profissionais da educação, enquanto docentes de Sociologia estão trabalhando de fato a necessidade da construção do conhecimento escapando de mecanismos de reprodução violentas que se vive dentro da escola – uma vez que a escola também produz violência -

mas principalmente intervindo sobre eles. Diante das situações que parecem ser um dos principais desafios educacionais contemporâneos no país a pesquisa torna-se de grande relevância haja vista a necessidade de discutir a presença atuante do(a) profissional docente em torno de uma realidade que demanda conhecimentos e mecanismos próprios para a intervenção desta realidade que muitas vezes não estão nos livros, e, quase sempre, sem o devido apoio e/ou formação necessária para tal intervenção.

O trabalho está dividido em mais seis capítulos além desta introdução. No próximo capítulo será abordado de forma breve as diferentes conceituações sobre violência onde veremos que é um conceito amplo, dinâmico, e de caráter multifacetado que lhe configura complexidade. No segundo capítulo é feita de forma breve a conceituação de violência, será descrito o histórico e contextualização da violência escolar, para em seguida, a definição do conceito de violência escolar no qual veremos que subdivide-se em três categorias classificados como violência ‘na’, “da” e “contra” a escola, as definições e diferentes formas de manifestação desta, veremos a violência entre alunos em sala de aula, e posteriormente, no terceiro capítulo, é abordado o histórico da Sociologia na educação básica bem como perfil do professor de Sociologia no ensino médio, veremos o histórico da disciplina com suas intermitências ocasionando entraves e desafios tanto na formação quanto no dia a dia do professor de Sociologia que atua no ensino médio. E no quarto capítulo estará a metodologia onde serão descritos os métodos de abordagem quali-quantitativa, usando a técnica de levantamento de dados utilizado como fonte o questionário online para constatação de aspectos relacionados ao perfil, atuação e condições docente, no quinto capítulo, serão apresentadas os resultados e as discussões, e no sexto capítulo, as considerações finais.

2. CONCEITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Sem entender o conceito de violência a partir de diferentes perspectivas, possivelmente não há como compreendê-la no contexto escolar. Neste sentido, antes de iniciarmos a discussão sobre violência escolar, e assim por entre os jovens, é importante conhecer um pouco alguns conceitos ainda que de forma breve sobre sua definição.

Começemos pelas especificações elaboradas por Abramovay e Rua (2002) que abordam duas importantes definições de violência como a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si; formas de violência simbólica como o abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; a verbal; e institucional utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

Já para a Organização Mundial da Saúde a violência é definida como

o uso intencional de força física ou poder, sob a forma de ameaça ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem uma grande chance de resultar em lesão, morte, dano psicológico, alterações no desenvolvimento ou privações. "(OMS, 2002, p. 1.165).

Chauí (1998 “apud” MODENA, 2016, p. 19) por sua vez, define a violência como tudo que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser; é todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém; é todo ato de violação de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade; é todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade definem como justas e como um direito.

Não obstante, conforme apontado anteriormente, nem sempre um ato violento possui estrutura facilmente identificável. Muitas vezes por ser considerado como natural, a exemplo deste, a violência simbólica: “uma forma de dominação que se apoia em mecanismos simbólicos de poder que estruturam as sociedades e fazem com que as pessoas vítimas de violência não necessariamente a percebam como violência” (ABRAMOVAY, CUNHA & CALAF 2009, p. 23). Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu pioneiro no conceito de violência simbólica, esta seria: “uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos”

(BORDIEU, 1999, p.50). Nesse pensamento, para Michauld (1989), esse tipo de violência talvez seja tão ou mais danoso que os danos físicos, àqueles a vista aos nossos olhos.

A violência explicada por outra diferente ótica, também nos ajuda a pensar. Ainda quando, ao apontar o conflito social ao fazer crítica ao capitalismo, Marx em “O Capital” coloca a violência como estrutural da sociedade burguesa ao tratar a classe dominante contra o proletariado. (FERNANDES, 1989, p. 152). Há ainda a contra-violência proposta por Marx citado por Diógenes (2008) no momento da revolução do proletariado contra a burguesia.

Em Weber (1998), a violência também está articulada com o poder quando a coloca como típica do poder político do Estado e este a utiliza para exercer a coerção necessária para o exercício do poder.

Rodrigues (2011), ao tratar da concepção de Arendt traz um conceito de violência que se articula à luta de classes onde a luta pelo dinheiro, o poder e a guerra, fazem parte da condição do homem diante da natureza tal como a burocratização da vida pública, a vulnerabilidade dos grandes sistemas e a monopolização do poder são grandes questões denunciadas pela violência que se explica pela frustração do mundo contemporâneo. Para a autora a violência não é um fim em si mesma, mas somente meio no sentido de que ela necessita de orientação e justificação pelos fins que persegue. Aponta ainda que há diferenciação entre justificação e legitimação em que a violência pode ser justificada (dependendo do seu fim), mas nunca é legítima, pois não pode ser considerada um fim em si mesma.

Por outro lado, Weber (1998) nos faz pensar sobre a relação do Estado para com a sociedade baseada numa relação de homens dominando homens mantida pela violência considerada como legítima. Em Habermas (1993) ao tratar da percepção de Arendt pressupõe que violência diferencia-se de poder porque “constituem dois aspectos distintos de um mesmo campo de relações sociais” sendo que “onde um deles domina totalmente, o outro está ausente” (HABERMAS, 1993, p. 100). Conforme a percepção de Pinzani (2005) de que só recorre a violência quem não tem poder, a violência cega e ilegítima de quem não tem outra solução, de quem já não consegue controlar a situação e influenciar o comportamento dos indivíduos que deveriam estar-lhes submetidos.

Assim, Weber (1998) e Habermas (1993) ainda na percepção de Arendt, ambos veem no poder um potencial que se atualiza em ações, mas cada um deles se baseia num modelo de ação distinto (HABERMAS, 1993, p. 101). Em Fernandes (1989) e Weber (1998), no entanto, apesar da violência não ser um campo de análise direto por eles, abordam-na como um importante mecanismo instrumental que contém eficácia simbólica.

Desse modo, são basicamente algumas formas explicativas de violência desde as concepções clássicas as mais atuais dentre as diversas formas de suas manifestações. Diante do exposto, pensar em uma única definição, é, portanto, limitar-se. Tal fato nos faz perceber que é um campo amplo, assume várias faces e não pode em hipótese alguma se restringir apenas à dimensão física, para não correremos o risco de estarmos ignorando o fato, assim como nos foi relatado, das crenças dominantes imporem valores, hábitos e comportamentos sem recorrer necessariamente à agressão física, criando assim, situações nas quais o indivíduo que sofre a violência simbólica sinte-se inferiorizado em várias situações.

Assim, o conceito de violência é analisado e interpretado por diversas áreas. “A social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação.” (ABRAMOVAY, 2002a, p. 13). Essas definições e alguns conceitos apontam a violência como fenômeno social que deve ser pensada dentro do contexto histórico, e sob diferentes óticas. O olhar sociológico nos permite entender que este conceito é bastante amplo, está presente em todas as sociedades, onde não há violência, mas sim violências, logo, caracteriza-se com complexidade.

A análise sociológica aponta que seu caráter social pode ser demonstrado por meio de diferentes segmentos sociais, além de ser um fenômeno que deve ser explicado com base em determinações históricas e culturais. Por outro lado, a análise antropológica explica sua existência nos vários períodos históricos da humanidade, apontando o período pré-histórico como o da origem da violência. Por isso, dos mais diversos conceitos apresentados, não é o objetivo de o presente trabalho aprofundar no pensamento dos autores, no que diz respeito às suas várias formas de entendimento e conceituação sobre esta, mas explicitar a pluralidade de interpretações e de abordagens que este tema comporta e permite. Demonstrando não haver uma única definição de violência colocando em vista seu caráter polissêmico, dinâmico, amplo e complexo.

Para efeito deste trabalho consideramos violência não apenas resumida em atos violentos utilizados por meio da força, em que causam ferimentos, marcas visíveis, mas também ações silenciadoras, discriminatórias, de humilhação, de desrespeitos e que muitas vezes passam despercebida ou simplesmente estão naturalizadas. Como vimos, é um fenômeno que está presente na sociedade desde o início da humanidade e continua com suas diferentes faces de forma naturalizada e legitimada. Adorno (1995) apresenta diferentes elencos que são afetados pela violência, dentre eles, a escola: “um meio característico da violência radicada nas estruturas sociais, enraizada nos costumes, manifesta quer no comportamento de grupos da sociedade civil, quer no de agentes incumbidos de preservar a

ordem pública” (ADORNO 1995, p. 299). Nesse sentido, brevemente no próximo capítulo abordam-se algumas definições do conceito de violência escolar.

2.1 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Conforme Abramovay (2009), apesar de a questão da violência escolar somente ganhar amplitude por volta dos anos de 1980 e 1990, historicamente ela sempre esteve presente na realidade da educação brasileira assim como em outras partes do mundo. Charlot (2002) aponta indícios da manifestação desde a década 50 ou 60 nos estabelecimentos de ensino profissional daquela época.

No início dos anos 80 o debate inicia-se no Brasil, em torno de alguns estudos de caso que, segundo Abramovay e Avancini (2003), teve continuidade com o aperfeiçoamento do conceito de violência. Mas Somente nos anos 90 é que a violência escolar aparece na produção sociológica como objeto de pesquisa com Derbarbieux (2001, p.185). Portanto, a violência passa a ser explicada não apenas sobre sua forma física, mas também simbólica, envolvendo referenciais éticos e políticos.

Reafirmam e demonstram Abramovay & Rua (2002), que a questão da violência nas escolas não é um fenômeno recente, mas um fato que assume novas formas. Nesse sentido, a natureza da violência e a forma como a sociedade enxerga os atos violentos mudam com o tempo. Por isso a dificuldade em sua definição: “Apresentar um conceito de violência requer certa cautela, isso porque ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam[...]” (ABRAMOVAY, 2005, p. 53).

A violência no âmbito escolar, em seu agravamento - que não é um fenômeno singular do Brasil, mas tem se tornado uma grande preocupação em muitos países - constitui-se um dos mais sérios problemas enfrentados pelo sistema educacional brasileiro no contexto atual. Estando presente, por exemplo, na França, nos Estados Unidos da América (EUA) e na Argentina. E quando se trata da realidade brasileira, não é diferente. Estamos vivenciando muitos casos de violência urbana com níveis elevados de assaltos e homicídios, a violência contra a mulher, corrupção política, violência no trânsito, religiosa, policial, dentre outras que se manifestam de várias formas.

Pesquisas recentes sobre a temática versam sobre diferentes aspectos relacionados à violência escolar. Algumas delas dedicam-se em avaliar os impactos neste ambiente (ASSIS; CONSTANTINO e AVANCI, 2010), os fatores associados à violência escolar (TAVARES;

PIETROBOM 2016), e ainda, a forma como vem sendo compreendido o fenômeno dessa violência, se os sujeitos conseguem identificar suas várias manifestações e se a forma como os professores lidam com ela advém da sua formação (RODRIGUES, 2011). Essas pesquisas são importantes, fundamentais e necessárias para compreensão por diferentes óticas. Algumas podem tratar da atuação docente como forma de intervenção sobre essas práticas, porém por um aspecto mais geral. São poucas as que se dedicam sobre a atuação do professor de Sociologia como forma de intervenção no qual iremos tratar ao longo da pesquisa.

Mas o fato é que possuímos resultados alarmantes divulgados por uma pesquisa global da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) onde põe o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. Realizada com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos) o levantamento é o mais importante do tipo e considera dados de 2013 (LOES, 2015).

Neste sentido e diante da complexidade do termo, nos direcionamos para um estudo apoiado em diferentes perspectivas por conceitos teóricos relevantes presentes na literatura para conhecimento e compreensão do termo violência escolar com proximidade à violência entre alunos na sala de aula. E a partir desta, explorar questões relacionadas a atuação como forma de intervenção do professor de Sociologia acerca da temática.

2.2 DEFINIÇÃO DE VIOLENCIA ESCOLAR E A VIOLÊNCIA ENTRE ALUNOS

De acordo com Priotto (2009, p.165), esse caráter multifacetado da violência no ambiente escolar nos traz uma série de desafios no que diz respeito à definição do fenômeno. “Um desses é distinguir o fenômeno violência escolar para que se possa estabelecer com clareza o papel dos educadores e da escola enquanto instituição na prevenção da violência”.

Partindo dessa premissa, apesar da complexidade, Charlot (2002) aborda a definição do conceito de violência escolar partindo de um todo e subdivide em 3 conceitos chamados como violência “à escola”, “da escola” e “na escola”. Quando se refere à violência “na escola”, este a define como aquela que se reproduz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição no qual a escola passa a ser um local de violência que poderia ter acontecido em qualquer outro lugar: por exemplo, uma situação em que indivíduos por alguma razão acabam entrando numa determinada escola para acertar contas das disputas que são do bairro. Quanto à definição de violência da escola, ainda segundo o autor, esta pode ser verificada desde o tratamento diferenciado dispensado a determinados alunos, até ao

conteúdo pragmático que faz parte do plano pedagógico, dentre outras situações. E por fim, nos aponta a violência à escola geralmente provocada por alunos que se voltam contra o patrimônio e contra aqueles que representam a instituição como os professores e demais funcionários.

Para a socióloga Abramovay (2005), as definições de Charlot (2002) ajudam a compreender o fenômeno porque aborda algumas manifestações, mas por outro lado, também as considera como insuficientes para certos tipos de manifestações que também estão presentes na comunidade escolar e podem ser considerados como violência na escola. A autora abrange e pontua os conflitos que ocorrem dentro dos estabelecimentos de ensino e que estão relacionadas a problemas internos de funcionamento, de organização e de relacionamento. Logo, situações diferenciadas e corriqueiras nas quais envolvem indivíduos distintos.

Em comum acordo, Priotto (2009) alega que certo olhar diferenciado sobre a violência consiste em um ganho porque possibilita a defesa de um conceito de violência fundamentado num contexto social, histórico, cultural em que ele se dá com vantagens de poder envolver ações, comportamentos e situações distintas que envolvem esses diferentes pares da comunidade escolar. E é a partir das concepções de Charlot (2002) e Abramovay (2005; 2002a; 2002b), que Priotto (2008; 2009) amplia essas conceituações e também faz uma subdivisão do conceito geral declarando que ao utilizar a expressão violência escolar, é considerar que ela é a mais adequada por englobar a violência “na escola”, “da escola” e “contra a escola”. Nesta abordagem parecida e também diferenciada a autora faz o afunilamento deste todo e argumenta que violência “na escola” refere-se a atos ocorridos no cotidiano da escola, praticadas por e entre os atores que dela fazem ou fizeram parte, sejam eles como vítimas ou agressores, como também os estranhos e pessoas da comunidade na qual a instituição de ensino está inserida. Essas caracterizam-se desde os atos de incivildades que são pequenas grosserias do dia a dia, até situações mais extremas. Define ainda a violência “contra a escola” representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, furtos ao patrimônio. Já com relação à violência “da escola”, apresenta-as como:

todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, [...] preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). (PRIOTTO, 2009, p. 168-169).

Para a autora, “a violência “na escola” em alguns casos deve ser analisada com a violência “da escola”: “o aluno agredir ou usar de forças ou não contra o professor, diretor ou

funcionário. Caracteriza-se uma violência àquela gerada pela instituição escolar e seus agentes através do trato a partir de regras e normas estabelecidas.” (PRIOTTO, 2009, p.169).

Desta forma, os autores Charlot (2002), Priotto (2008) e Abramovay (2005; 2002a; 2002b) têm entendimentos parecidos, complementares e diferentes sobre a definição de violência escolar definida como: “na escola”, “da escola” e “contra a escola”. Se para Charlot (2002) a violência na escola é caracterizado como os atos violentos que adentram à escola e que poderiam acontecer em qualquer lugar, Priotto (2008) e Abramovay (2005; 2002a; 2002b) abrangem outras situações do dia-a-dia que também podem ser considerados como violência “na escola”.

Com relação à violência “da escola” (provocada por algum profissional) e “contra a escola” (geralmente provocada pelos alunos contra a instituição), os autores partilham do mesmo entendimento reconhecendo que dependendo da situação, simultaneamente estas situações estarão classificadas como “da” e “contra” a escola.

Quando falamos da violência no âmbito da escola de forma geral, para Priotto (2008) o correto seria utilizar o termo “violência escolar”, já Abramovay (2005; 2002a; 2002b), utiliza violência “na escola” ao tratar do termo de forma geral, e também em situações específicas.

Na pesquisa, a violência entre alunos na sala de aula vai estar, por exemplo, dentro da definição de violência “na escola” proposta por Priotto (2008; 2009) caracterizadas como aquelas que acontecem no interior da instituição pelos diferentes atores, e nesse sentido, a pesquisa se restringe aquelas provocada apenas por e entre os alunos dentro da sala de aula. Portanto, no decurso do trabalho será utilizado o termo violência na escola proposta pelo referido autor para designar a violência entre esses alunos, e o termo violência escolar será usado para se referir ao seu sentido amplo.

Neste seguimento, faz-se necessário abordar as diferentes modalidades da violência escolar que se manifestam no contexto da escola, incluindo a sala de aula classificadas como física, simbólica, verbal entre outras:

- a) violência Física: de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além das diversas formas de agressões sexuais;
- b) agressão Física: homicídios, estupros, ferimentos, roubos, porte de armas que ferem, sangram e matam.
- c) violência Simbólica: Verbal - abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; Institucional – marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder;
- d) violência Verbal: incivildades (pressão psicológica),

humilhações, palavras grosseiras, desrespeito, intimidação ou “*bullying*”. (PRIOTTO, 2009, p. 165-166)

É importante destacar que alguns pesquisadores franceses (PAIN 1997 e CARRA 1997 “apud” CHARLOT 2002) versam sobre a distinção entre violência, transgressão e incivildades. O termo violência para eles está voltado para o comportamento que inflige à lei, a transgressão para o descumprimento do regulamento interno, e a incivildade que não se encaixa em nenhum dos dois, mas que infligem às regras da boa convivência. Para Charlot (2009) talvez essa distinção seja frágil e ultrapassada em parte porque esses fatos estão intimamente misturados nos comportamentos cotidianos que ferem a dignidade humana e que, portanto merecem o nome de violência. O autor nos alega que existem casos diferentes para determinadas definições.

A indisciplina também é um conceito que se destaca entre estes, tal como constitui-se um desafio para as escolas. Abramovay (2009, p. 129) em sua pesquisa já apontava: “os relatos dos professores demonstram que um dos problemas mais sérios que a escola enfrenta na atualidade é a indisciplina” Nos dias de hoje essa afirmação talvez seja tão ou mais evidente devido às mudanças tecnológicas que influenciam diretamente o comportamento dos indivíduos. Numa pesquisa sobre ensino e aprendizagem realizada em 2013 em 34 países pela (OCDE) Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o Brasil ficou em primeiro lugar na categoria de indisciplina e mau comportamento dos alunos considerando que 60% dos professores apontaram lidar diariamente com a indisciplina em sala de aula. Segundo Abramovay (2009), o conceito de indisciplina não pode ser confundido com o de violência, mas os atos corriqueiros, certas situações no dia-a-dia acabam se transformando em violência. Entretanto, para Priotto é importante quando surgir a indisciplina,

analisar os motivos desta e adequar-se a mudanças para melhorar a qualidade do processo educativo. Neste entendimento, violência difere-se por causar danos e/ou ao outro ou a algo que lhe pertence. Neste sentido quando a indisciplina não é entendida pelo professor, a escola pratica violência *da* escola. (PRIOTTO, 2009, p.162).

Nessa perspectiva, a indisciplina (a rebeldia, oposição, resistência, inconformismo) pode ser entendida como uma forma de manifestação contra a exigência ou quebra de regras ao adequar-se à sociedade. Camacho (2001 “apud” Priotto 2009) sinaliza que essa quebra de regras pode significar prejuízos ou danos aparentemente e não necessariamente um rompimento do trabalho pedagógico. Nesse seguimento, depreende-se que ela não é necessariamente violência, mas como descrito por Abramovay (2009), as situações nas quais ela está presente podem, em muitos casos, desencadeá-la tanto da parte dos alunos, mas

também por parte dos profissionais da escola por não compreender, refletir e saber intervir em determinadas e diferentes situações.

Concordando com essas ponderações, entende-se que é necessária mais reflexão sobre violência escolar em busca de algo que vem falhando na escola. Entretanto, a preocupação maior não é procurar culpados, mas contribuir para o entendimento das relações que ocorrem no interior da instituição e se antecipar aos atos que prejudicam o desenvolvimento das atividades, dos relacionamentos, da convivência mútua, do respeito ao outro. Isto é, é preciso que haja uma dinâmica que anteceda esses atos e/ou diante destes, interferindo de forma positiva às diferentes formas de violência presentes no interior da instituição, e neste sentido, partimos para as relações na sala de aula, a violência praticada por e entre os alunos.

Assim, partindo do pressuposto e levando em consideração as diferentes pesquisas na qual afirmam ter que existir relação conjunta entre família, escola e sociedade, para a intervenção à violência escolar, sem descartar a importância dessas outras esferas, nos debruçamos sobre a instituição escolar, a saber, a interferência desta, mais singularmente, na figura do(a) professor(a) enquanto docente da disciplina de Sociologia frente a essas práticas em sala de aula ocasionadas por e entre os discentes. Desta forma, o próximo capítulo passa a discutir sobre o histórico da disciplina de Sociologia, conforme veremos, tem impacto diretamente na atuação docente, bem como o perfil do professor de Sociologia que a leciona no ensino básico.

3. A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROFESSOR DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Ainda que o objetivo deste trabalho não seja realizar um balanço histórico do lugar da Sociologia no Ensino Médio, é importante apresentar um breve histórico para compreendermos o contexto da atuação docente da disciplina na educação básica.

Moraes (2011) aponta como começo histórico o ensino de Sociologia em meados 1890 com a rápida passagem de Bejamim Constant pelo ministério da Instrução Pública, retrocedendo a data um pouco mais com Rui Barbosa e os “Pareceres” de 1882-83 passando a redefinir o início da presença da Sociologia na educação brasileira. Entretanto, sua presença marcante na educação básica data nos anos de 1925 com a Reforma Rocha Vaz e 1931 com a Lei Francisco Campos de n. 19.890, mantendo-se obrigatória até o ano de 1942 nos cursos preparatórios para os institutos de ensino superior. (BODART; SILVA 2016). No Brasil sua institucionalização acontece por meio do curso normal e secundário, só depois é que foram fundados os primeiros cursos superiores de Ciências Sociais.

Os estudiosos referem-se à década de 1930 como favorável ao conhecimento da realidade social brasileira que estava passando por um processo de modernização no qual existiam problemas decorrentes desse processo. “Disciplina científica da modernidade, a Sociologia surge e se desenvolve no contexto das fermentações intelectuais e crises sociais produzidas nas modernas sociedades de classes” (JINKINGS, 2009, p.03). Neste sentido, a sociologia surge no século XIX como forma de entender essas mudanças e explicá-las. Entretanto, essa “institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em especial da Sociologia, num primeiro momento esteve vinculada a um projeto de formação de novas elites, que dariam conta de assumir a construção política, econômica e social da nação moderna.” (SILVA e SILVA, 2012, p. 105).

Apesar de certo período estável entre 1925 a 1942, neste último, é retirado oficialmente sua obrigatoriedade, por meio da Reforma Capanema que de acordo com Costa Pinto (1949 “apud” Moraes 2011 p.302) por motivos ideológicos provocando portanto, suas intermitências, apesar de que essa é uma condição que ainda divide opiniões entre diversos autores. Ora por questões relacionadas a viés ideológico, ora relacionados à dificuldade de seus defensores não conseguirem convencer a burocracia educacional naquele contexto quanto a necessidade de sua presença nos currículos (MORAES, 2011).

De acordo com Bodart e Silva (2016), os posteriores passos da Sociologia nesse nível de ensino secundário foram instáveis, ora sendo incluída, ora sendo excluída por diversas vezes. Dessa forma, somente com a Lei 6.888/80 que a Sociologia de fato é reconhecida como profissão (BRASIL, 1980), e após quatro anos com o decreto 89.531/84 acontece sua regulamentação (BRASIL, 1984). “A Sociologia, ao lado da Antropologia e da Ciência Política, passa a ser reconhecida como conhecimento especializado, ocupando, enfim, um lugar institucional” (JINKINS 2009, p.8). Nesta, é assegurado o exercício da profissão desde o bacharel ao licenciado. Contudo, nesses intervalos, entre empecilhos, idas e vindas no currículo, somente em junho de 2008 entrando em vigor em 2009 a disciplina torna-se obrigatória nas três séries do ensino médio (BRASIL, 2008).

Atualmente com a aprovação da Lei (13.415/2017), a Sociologia novamente tem seu espaço fragilizado ao ser colocada como “estudos e práticas” (art. 3º da Lei 13.415/2017; art. 35-A da LDB) fato que não a especifica de forma bem definida fazendo novamente eclodir o debate sobre sua legitimidade enquanto disciplina no Ensino médio.

É sobre esse viés que se perpassa a história da sociologia na educação básica marcada por períodos de institucionalização, de ausência como disciplina obrigatória e reinserção gradativa provocando suas intermitências. Todo esse processo foi decisivo para gerar alguns entraves como a quantidade reduzida de aulas semanais de sociologia, assim como a desvalorização da disciplina, marcada com a reduzida carga horária entre outros. Bodart (2016) afirma ainda que as dificuldades relacionadas à transposição didática, as dificuldades de acesso aos recursos didáticos, bem como outros entraves são problemas relacionados diretamente à história da quase ausência da disciplina no Ensino Médio. Como visto, “Os problemas enfrentados pelos professores de Sociologia têm suas raízes em um contexto mais geral, marcado pela recém-reintrodução da Sociologia, pela insipiente produção de recursos didáticos, pela deficiência formativa de professores, pelas precárias condições de trabalho e desvalorização da profissão (...)” (BODART; SILVA, 2016).

Por outro lado, ainda que de forma reduzida, nos últimos anos apresentam-se alguns avanços como, por exemplo, o desenvolvimento de várias pesquisas com foco específico na problemática do ensino de Sociologia, o aumento de licenciaturas em Ciências Sociais, outros avanços como a inclusão da Sociologia no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2012, a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), entre outros.

Com a reintrodução da Sociologia a partir de 2008, ampliou-se as discussões em torno do seu ensino na Educação Básica em todo o país por haver ampla necessidade de possuir professores formados em Ciências Sociais para lecionar a disciplina (MORAIS, 2016). Houve o aumento, entretanto, até os dias de hoje grande parte dos profissionais docentes que atuam no ensino médio não possuem formação específica na área das Ciências Sociais. Dados do INEP de 2016 de acordo com Bodart e Silva corroboram esse fato uma vez que o Brasil possuía 55.658 professores que lecionavam Sociologia no Ensino básico, e apenas 11,4% deles possuíam licenciatura em Ciências Sociais/Sociologia (BODART; SILVA, 2016). Configuração novamente explicada, em grande medida, pela quase ausência da Sociologia escolar que se somam às condições estruturais e cotidianas do trabalho docente.

O autor Moraes (2003) aborda ainda, a discussão entre a licenciatura e o bacharelado fazendo menção ao modelo “3+1” adotado ainda no final dos anos 30 e início dos anos 40 em que o bacharelado ganha destaque em detrimento da licenciatura uma vez que deveria formar o bacharel e só depois “complementar” a formação para a licenciatura. Aponta-nos as limitações desse tipo de formação comparando o bacharel que oferecia menor acesso às questões pedagógicas, ao curso de licenciatura. Corroborando com os dados das demais pesquisas que destacam esses entraves. Além de pontuá-los, nos ajuda a pensar de que forma esse ensino está sendo trabalhado, a metodologia do ensino e a relação fundamental entre o currículo e os objetivos da Sociologia no ensino médio.

Este último abrange várias reflexões por haver entre autores, professores, críticos e demais profissionais da área, leve problemática sobre o que de fato seria os objetivos e sentidos da Sociologia na educação básica. Por exemplo, a LDB (nº 9.394/96) estabelece que o estudante ao finalizar o ensino médio, demonstre “domínio de conhecimentos de filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Embora o termo tenha se apresentado com diferentes significados no tempo e no espaço, consideremo-nos importante no que pesa agir de forma ativa e com criticidade. O argumento de que outras disciplinas teriam esses mesmos objetivos estimula ainda mais discussões. Outros documentos oficiais como as Orientações Curriculares Nacional (OCN) elaboram propostas para o ensino médio assim como faz crítica aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sobre questões voltadas para o papel da Sociologia nos currículos do ensino pontuando dois fundamentais do pensamento sociológico como a desnaturalização e o estranhamento ao tratar das discussões e explicações dos fenômenos sociais. Esses papéis e sentidos da Sociologia são até os dias do hoje problematizados. Entretanto, para a socióloga Cristina Costa

O conhecimento sociológico é mais profundo e amplo do que a simples formação técnica – representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta. Adquirir uma visão sociológica do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o conhecimento sociológico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive (COSTA, 1997, p. 37).

São fundamentos como este que diferenciam a Sociologia das demais disciplinas.

Vejamos em Sarandy:

podemos afirmar que o contato dos jovens educandos com essas teorias, ainda que formatadas pela didática necessária ao nível médio de ensino, irá produzir neles uma percepção, uma compreensão e um modo de raciocínio que nenhuma outra disciplina poderá produzir. É exatamente essa compreensão ou essa percepção específica que indica a identidade da sociologia e que fornece seu sentido enquanto disciplina do ensino médio, não os seus conteúdos em si mesmos. (SARANDY, 2001, p.5)

Ainda, para Fernandes (1978, p. 22-28) “Somente quem vê algo sociologicamente quer algo socialmente” O autor considerava ser uma das funções do ensino de Ciências Sociais nas escolas e universidades na medida em que permitem desobstruir o horizonte intelectual e libertar das concepções tradicionais e religiosas do mundo, assim como dos “efeitos sedativos da propaganda” (FERNANDES, 1978 apud JINKINGS, 2009 p. 5). Fernandes aponta ainda as funções do ensino de Sociologia dentre eles “munir o estudante de instrumentos de análise objetiva da realidade social”; em segundo “estimular o espírito crítico e a vigilância intelectual”; por último “suavizar os conflitos entre os indivíduos” (FERNANDES, 1977, p.108).

Assim como os sociólogos citados e tantos outros propunham, tratando aqui num sentido amplo, acredita-se que o propósito de estudar a sociedade não era apenas descrevê-la ou explicá-la, mas, sobretudo melhorá-la. Nesse sentido e diante das ponderações realizadas pelos autores podemos considerar a Sociologia enquanto disciplina no ensino médio junto a prática docente tecer de subsídios teóricos necessários ao conhecimento, explicação e intervenção quando necessário, às dinâmicas da vida em sociedade.

O(a) docente que leciona a disciplina de Sociologia é um dos atores que tem a oportunidade de orientar e preparar os jovens nos últimos anos do ensino básico que estão no processo de construção de identidade, de conhecimentos, por meio de ferramentas conceituais e teóricas mínimas fornecendo-lhes a oportunidade de olhar a realidade com estranheza e de forma desnaturalizada.

Como visto, grande parte dos professores e professoras de Sociologia que lecionam a disciplina não possuem formação em Ciências Sociais. Bodart (2016; 2017) aponta os(as) professor(as) de sociologia com maior parte atuantes na rede pública de ensino; grande parte deles não possuem formação em Ciências Sociais, algo que pode ser explicado de acordo com autor, pelas universidades priorizarem o bacharelado por falta de mercado de trabalho para o docente dessa disciplina provocado devido suas intermitências no currículo, e como observado anteriormente, pela escassez de professoras e professores formados quando se estabeleceu sua obrigatoriedade; e poucos licenciados se qualificam para além da graduação. É em sua maioria graduado em instituições públicas após 2008; maioria predominante do sexo feminino; trabalha em mais de uma escola, e/ou em mais de um turno; possui precárias condições de trabalho como a insuficiência de recursos didáticos, além da quantidade de aulas reduzidas que leva a necessidade de trabalhar em várias turmas, e por vezes, mais de uma escola. Levando ao excesso de aulas semanais que acabam interferindo sua prática (BODART, 2016; 2017).

De acordo com Nóvoa (1995, p. 16-17) “cada um de nós tem o seu próprio modo de organizar as aulas, de se movimentar na sala, de se dirigir aos alunos, de utilizar os meios pedagógicos, um modo que constitui uma espécie seguida de profissional”. Bodart (2017), parte da hipótese de que “a docência não é um dom” ou uma vocação, mas uma atividade profissional/intelectual que depende de preparo e qualificação/treinamento.

Percebe-se a importância da disciplina de Sociologia, bem como da atuação docente no que pesa trabalhar com conceitos, teorias e instrumentos didáticos pedagógicos capazes de contribuir com a formação do indivíduo e de fato atingir, conforme pontuam os autores, os propósitos da disciplina.

Nesse sentido, diante das relações conflituosas que se vive dentro da escola, a pesquisa parte de um modo particular, para a análise da figura do professor de Sociologia como forma de intervenção frente a essas diferentes manifestações. No próximo capítulo será descrito a metodologia realizada para esse fim.

4. METODOLOGIA

Bem como nos assegura Lakatos e Marcondi (2001) a pesquisa é o meio pelo qual ocorre a investigação formal com método de pensamento reflexivo que tem possibilidade de conhecer a realidade, comprovar algum fato e descobrir novos conhecimentos. Nesse contexto, fica claro que a mesma nos leva a reflexão e colabora com a construção do conhecimento, embora também possa ser usada com o intuito de prejudicar algo ao utilizá-la de modo contrário.

Para Gil (2008, p. 26) “a pesquisa [básica] pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas”. Nesse sentido, a presente pesquisa se enquadra na natureza básica estratégica que tem fins didáticos, mas também traz possibilidade para que haja, posteriormente, utilização de forma aplicada.

Bem como nos assegura novamente Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como finalidade desenvolver, esclarecer e/ou modificar conceitos e ideias. Constituem a primeira etapa de investigação mais ampla, quando o tema é genérico, torna-se necessário seu esclarecimento e delimitação. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de reação entre variáveis.

Diante do exposto, para melhor exploração dessa pesquisa, está classificada como exploratória e descritiva devido ao desenvolvimento investigativo na literatura com base em artigos, livros e sites consultados, conforme o referencial teórico, bem como descritiva quanto ao uso de questionário para sondagem sobre o fato.

Quanto a forma de abordagem escolhida, optou-se pela quali-quantitativa por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas no qual permite a análise crítica dos dados coletados, além da obtenção de dados quantificáveis para proximidade conjunta entre as interpretações. Já o modo de análise escolhido foi o hipotético dedutivo devido a pesquisa gerar em torno de hipótese e problema.

Com relação aos procedimentos, optou-se pela técnica de levantamento tendo como fonte o uso de questionário, conforme citado anteriormente, com perguntas abertas e fechadas de caráter qualitativo e quantitativo para melhor análise dos dados.

Em Lakatos (2001), as fontes primárias são dados históricos, bibliográficos e estatísticos entre outros, e fontes secundárias caracteriza-se como imprensa em geral e obras literárias. Nesse sentido, entendendo as fontes primárias como dados que não sofreram

nenhum tipo de estudo ou análise, e as secundárias como as que passaram por essa verificação, a pesquisa tem como base fontes secundárias pela utilização de dados que já foram objeto de estudo e análise (livros, artigos etc.), bem como a utilização de fontes primárias por meio do uso de questionário.

A pesquisa foi realizada com o uso de questionário online no total de 19 perguntas organizadas e articuladas de forma abertas e fechadas e enviado para professores e professoras que lecionam a disciplina de sociologia, bem como publicado em grupos abertos e fechados do facebook destinado a esses profissionais atuantes em algumas regiões do país. Foi respondido em uma semana e meia, atingindo um numero total de 87 docentes.

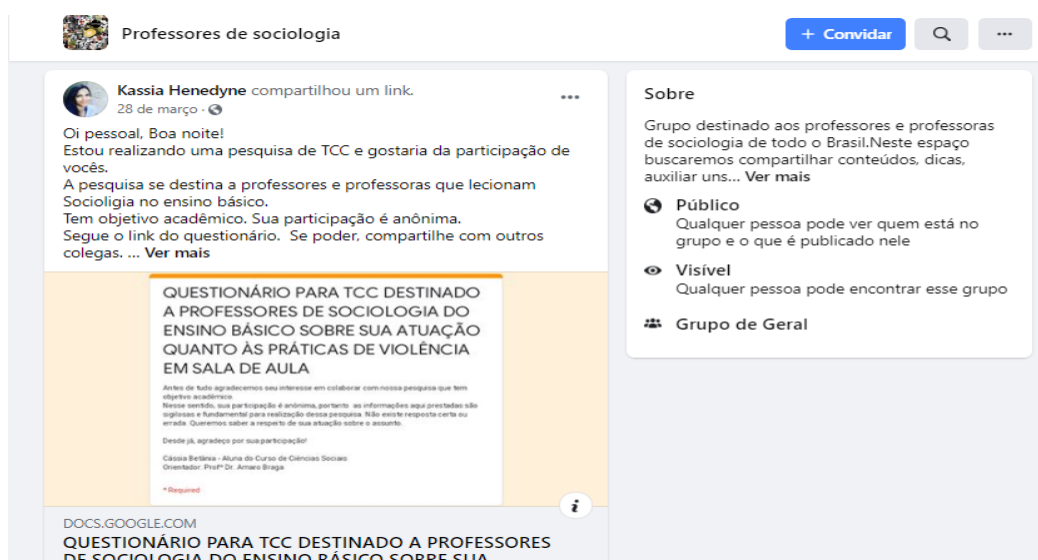
Quanto a credibilidade da amostra, convém considerar que estatisticamente ela não pode ser considerada pelo fato de haver um recorte com uma pequena parcela populacional. Entretanto, qualitativamente, deve-se levar em consideração com base na percepção que os dados que foram conseguidos mostram uma dada dimensão da sociedade e as inferências e percepções baseiam-se restringindo-se aos dados obtidos.

Portanto, com base nas questões postas nos parágrafos anteriores a pesquisa tem como natureza básica estratégica porque além de avançar na ciência, deixa possibilidade para alguém usar de forma aplicada, é exploratória e descritiva porque também está fundamentada em assuntos teóricos e referenciais sobre o assunto, com abordagem quali-quantitativa pela coleta de dados narrativos e quantificáveis, sobre o modo de análise hipotético-dedutivo porque gira em torno de uma hipótese e problema, sobre a técnica de levantamento de dados uma vez que será utilizado como fonte o questionário online com o intuito de conhecer o perfil desses profissionais que atuam como docente de Sociologia, e também lançar perguntas a respeito de suas práticas quanto às situações de violência em sala de aula junto às condições de sua pratica docente. A fim de se obter o objetivo proposto pela pesquisa que é analisar a atuação do professor de Sociologia como forma de intervenção da violência em sala de aula por e entre os discentes.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de um software que é um aplicativo do Google Forms no qual permite tanto a criação, quanto compartilhamento e disponibilização do formulário na web, onde possibilitou o encaminhamento a vários grupos abertos e fechados do facebook de professores(as) que lecionam a disciplina de Sociologia no ensino básico conforme imagem de 1 a 3. Vejamos alguns:

Imagem 1 – compartilhamento do link do questionário nos grupos do Facebook



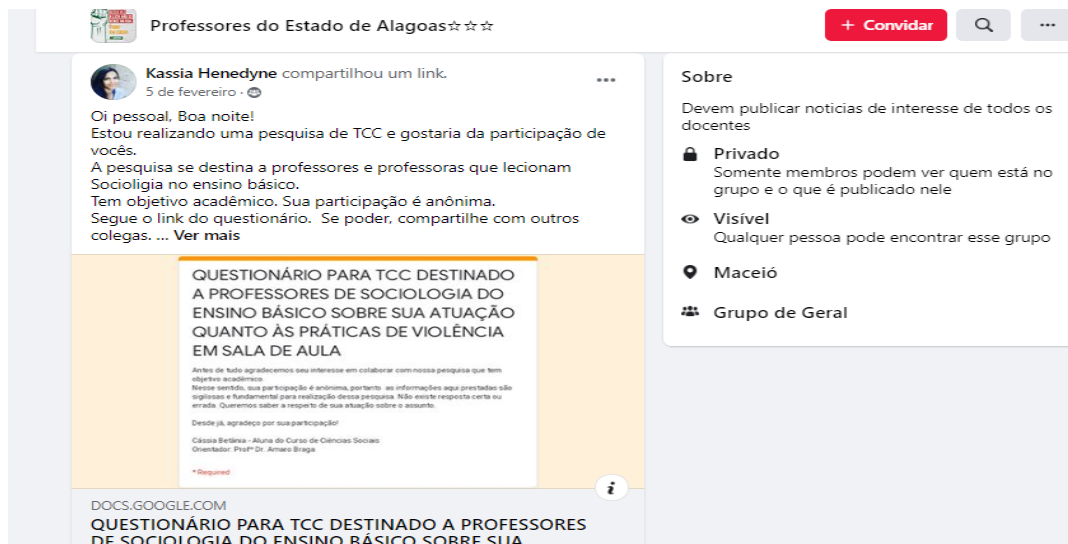
Fonte: elaboração própria. Print da postagem.

Imagem 2 – compartilhamento do link do questionário nos grupos do Facebook



Fonte: elaboração própria. Print da postagem.

Imagem 3 – compartilhamento do link do questionário nos grupos do Facebook



Fonte: elaboração própria. Print da postagem

O questionário foi respondido por profissionais das 5 regiões do Brasil, durante uma semana e meia atingindo o total de 87 respostas. Foi a ferramenta metodológica que norteou a pesquisa visando analisar a atuação docente do professor(a) de Sociologia frente às práticas de violência praticada por e entre os alunos na sala de aula. Na coleta foram utilizadas perguntas abertas e fechadas buscando obter informações mais abrangentes sobre o assunto, objeto de pesquisa com método qualitativo contemplando aspectos relacionados ao perfil, atuação e condições docente.

Conforme descrito, a realidade da atuação do professor de Sociologia traz consigo muitos entraves e grandes desafios. Vários deles derivado do histórico da própria Sociologia enquanto disciplina no ensino médio somados às situações das condições docente. Como o foco é sobre a atuação dos professores que lecionam a disciplina de Sociologia no ensino médio, para análise da pesquisa, buscou-se primeiramente identificar o perfil dos respondentes, e a tabela 1 apresenta os seguintes dados coletados:

Tabela 1 – classificação por sexo dos professores que lecionam Sociologia

Feminino	52,9%	46
Masculino	47,1%	41
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Dentre os respondentes da pesquisa, o percentual maior de 52,9% é do sexo feminino. Apesar de leve disparidade com os respondentes do sexo masculino equivalente a 47,1%, o resultado se aproxima mais da realidade que tem predominância feminina conforme

referencial bibliográfico em Bodart (2017) ao tratar do perfil de quem leciona Sociologia após 10 anos de sua presença no ensino médio brasileiro tomando como base o Censo escolar da educação básica- MEC/INEP de 2017.

A pesquisa também se utilizou desse levantamento para verificação da formação desses profissionais respondentes:

Tabela 2- Área de formação dos professores(as) que lecionam Sociologia no ensino básico

Área de formação	Percentual	Quantidade
Ciências Sociais	83,9%	73
Outras áreas	16,1%	14
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Nesta é abordado uma parcela significativa de 83,9% dos respondentes formados em Ciências Sociais, enquanto uma pequena parcela de 16,1% são formados em outras áreas. Esperava-se o oposto, entretanto há um dado importante que apesar de não representar a totalidade de um modo geral, traz significância para a pesquisa uma vez que a realidade aponta grande percentual de profissionais não formados em Ciências Sociais lecionando a disciplina de Sociologia.

Os dados da pesquisa aproximam-se para um percentual maior de professores(a) que possuem formação na área de Ciências Sociais e o motivo pode ser explicado porque grande parte do questionários foram enviados a grupos específicos de professores (as) de Sociologia. Podemos pensar na possibilidade de que os docentes que são formados em Ciências Sociais possuem maior interesse e necessidade em participar desses grupos específicos para troca de conhecimentos, materiais, institucionalização, redes de apoio, fortalecimento entre outros.

Boa parte desses professores lecionam praticamente em escolas públicas. Dos 87 respondentes, 82,8% são atuantes em escola pública, seguido de 10,3% se considerado os atuantes nas públicas e privadas, e apenas 6,9% lecionam somente em escola privada:

Tabela 3 – Rede pública e/ou privada em que atua.

Rede Pública e/ou privada	Percentual	Quantidade
Pública	82,8%	72
Privada	6,9	6
Pública e privada	10,3	8
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Boa parte desses professores entrevistados que atuam em escolas públicas apontam para necessidade de recursos necessários ao fazer docente (ver tabela 7).

Quanto ao nível básico de ensino, a tabela 4 apresenta basicamente onde a maioria dos respondentes lecionam:

Tabela 4 – Nível básico onde atua

Nível onde atua	Percentual	Quantidade
Fundamental	-	1
Médio	98,9%	86
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Conforme apresentado, 98,9% dizem atuar praticamente no ensino médio. E o menor percentual como era esperado, apenas 1 pessoa declarou atuar no ensino fundamental. Que pode ser explicado porque embora seja possível seu ensino, a disciplina não é obrigatória no ensino fundamental e a pesquisa limitou-se apenas a essas duas modalidades uma vez que existem outras modalidades no ensino básico, que foi considerado na pesquisa como nível médio tais como, o EJA médio, o magistério e técnico. Conforme classificação do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP, 2017)

As tabelas 5 e 6 a seguir, apresentam os dados dos respondentes que atuam em um turno/e ou mais de uma escola:

Tabela 5 – Sobre lecionar em mais de um turno

Leciona em mais de uma escola/turno	Percentual	Quantidade
Em uma escola/único turno	26,4%	23
Em uma escola/mais de um turno	35,6%	31
Em mais de uma escola	37,9%	33
TOTAL	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Tabela 6 – a respeito de lecionar outras disciplinas além da Sociologia

Leciona outras disciplinas além da Sociologia	Percentual	Quantidade
Sim	59,8%	52
Não	40,2%	35
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Sobre lecionar em mais de uma escola ou turno (tabela 5), 26,4% atuam em um único turno, enquanto que os 35,6% seguidos de 37,9% afirmam atuar em mais de um turno e/ou mais de uma escola. Quanto às respostas obtidas sobre a questão de lecionar outras disciplinas além da Sociologia (tabela 6), 59,8% declararam lecionar outras disciplinas, seguidos de 40,2% que declararam não lecionar além da Sociologia.

As tabelas citadas com maiores percentuais apontam para o perfil de quem divide a carga horária da disciplina de Sociologia junto a outras disciplinas, seja pelo fato dos profissionais de outra área além de suas aulas, lecionarem também a Sociologia, seja para complementação pedagógica, ou, seja pela necessidade dos profissionais formados em Ciências Sociais de trabalhar mais horas uma vez que a disciplina possui carga horária reduzida acompanha em muitos casos da condição salarial. Tais situações de certa forma acabam limitando o fazer docente uma vez que é gasto tempo no deslocamento, comprometendo o tempo necessário ao planejamento das aulas de Sociologia que poderiam ser bem mais elaborada e produtiva para interação de qualidade. Outro ponto, é que também limita muitas vezes a atuação do professor que acaba se desgastando comprometendo sua qualidade de vida e, por conseguinte, acaba tendo baixo desempenho. De acordo com Bodart (2017), um professor que atua em mais de uma escola contabiliza várias funções docentes que acaba comprometendo as aulas e consequentemente, o fazer docente.

Ao tratarmos da realidade sobre as condições de demais recursos e estrutura física necessária ao fazer docente, a tabela 7 nos aponta os seguintes dados:

Tabela 7– Percepção dos professores com relação ao suporte tais como recursos didáticos, financeiros e estruturais disponíveis na escola para o fazer docente.

Se a escola dispõe de suporte/ recursos necessários ao fazer docente	Percentual	Quantidade
Sim	32,2%	28
Não	67,8%	59
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Constata-se que 67,8% dos entrevistados apontaram carecer de suporte necessário para o fazer docente. Dizem atuarem, em escolas que não oferecem suporte e estrutura física adequada para a realização do trabalho.

Quanto às questões sobre as dificuldades na seleção, elaboração e abordagens de conteúdos, teorias e conceitos da disciplina, a tabela 8 nos apresenta:

Tabela 8- Dificuldades na seleção, elaboração e abordagens de conteúdos, bem como conceitos e teorias da disciplina em sala de aula.

Dificuldades elaborar e abordar conteúdos da disciplina	Percentual	Quantidade
Sim	34,5%	30
As vezes	49,4%	43
Não	16,1%	14
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Desses, Somente uma pequena parcela de 16,1% declarou não possuírem dificuldades. Já os 34,5% dos entrevistados, seguidos de 49,4% apontaram que “sim” e “às vezes”, respectivamente, possuírem dificuldades em selecionar, elaborar e abordar os conteúdos, bem como trabalhar com conceitos e teorias da disciplina com os discentes em sala de aula.

Os dois maiores percentuais das respostas como “sim” e “às vezes” possuírem dificuldades, pode estar atrelado a falta de recursos didáticos conforme apresentado e analisado anteriormente (tabela 7), seja pela falta de materiais, conforme referencial bibliográfico ou mesmo do próprio docente por questão de formação, falta de tempo, estudo, planejamento, entre outros.

Dos 73 formados em Ciências Sociais 24 declararam que possuem dificuldades, 37 disseram às vezes, e apenas 12 afirmaram não possuírem dificuldades. Dos 14 não formados 05 apontaram possuir dificuldades, 06 relataram “às vezes”, e apenas 02 afirmam “não” possuírem dificuldades. Ou seja, quando comparado às declarações entre os formados e não formados, levando em consideração a quantidade dos respondentes e as respostas entre “sim” e “às vezes”, constata-se que estas estão presentes no cotidiano desses profissionais e são dificuldades que variam entre os formados e não formados.

A pesquisa ao fazer o questionamento sobre o docente se sentir valorizado, limitou-se apenas ao ambiente escolar uma vez que seria importante analisar as percepções dos docentes acerca da valorização por parte dos familiares, a sociedade e o próprio Estado sobre as condições salariais, programas de formação, recursos necessários, entre outros.

Tabela 9– Percepção dos professores sobre se sentir valorizado na comunidade escolar

Sobre se sentir valorizado pela comunidade escolar	Percentual	Quantidade
Sim	52,9%	46
Não	47,8%	41
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

A maioria, no total de 52,9% diz se sentir valorizado no ambiente escolar, seguidos de 47,8% que apresentam não possuírem valorização. Nas declarações há leves diferenças das respostas sobre esses dois questionamentos.

Sobre presenciar a violência no dia a dia, praticamente todos os entrevistados totalizando um percentual de 95,4% apontaram lidar diariamente com essas manifestações. Mas é importante pensar a escola como um palco que outorga a oportunidade de discutir de forma sistematizada, informações, conteúdos, a realidade sobre diferentes óticas que permitem a construção do conhecimento, bem como leva o indivíduo a se perceber como tal, onde está situado, as diferentes realidades, povos e culturas. É nesse contexto que a figura do professor se torna tão importante quanto sua prática profissional. Carrega consigo vários desafios ao mesmo tempo que deve e tenta escapar dos mecanismos de reprodução. O professor não irá apenas refletir, questionar, problematizar, instigar o pensamento crítico dos alunos sobre tal realidade, mas principalmente agir sobre ela (PCNEM). E nesse caso, o professor de Sociologia enquanto docente da disciplina por sua singularidade, é um dos importantes atores que carrega consigo o papel de formar cidadãos críticos, provocar o debate, atuar sobre uma realidade que demanda jogo de cintura.

A respeito dos tipos de violências que os professores apontaram lidar no dia a dia praticadas por e entre os jovens na sala de aula, por possuir um caráter multifacetado e vários desafios entre eles a própria definição, listamos algumas descritas por esses profissionais, já organizadas e classificadas de acordo com as definições dos autores (Abramovay (2009); Charlot, Priotto (2009); Pierre Bourdieu) conforme referencial. Os casos mais comuns apontados pelos professores aparecem como:

Violência física (murros, socos, pontapés)

Violência verbal: (agressão verbal, palavrão, xingamentos, ofensas, gritos, discussão, apedidos, indiretas, bullying, insultos, ofensas, ameaças de morte (pressão psicológica)

Violência simbólica: (machismo, racismo, intolerância religiosa, misoginia, homofobia, gênero, gordofobia, de classe, exclusão, etc)

Na presente pesquisa a violência verbal, simbólica e física aparecem com mais frequência e não menos trazem uma série de desafios, dentre eles a atuação como forma de intervenção. Quando questionado se os professores se utilizavam de estratégias a partir do caráter formativo da disciplina para atuar sobre e antecedente aos atos de violência por e entre os alunos, a maioria no percentual de 80,5% dos questionados apontaram se utilizar de estratégias em sua atuação como intervenção a partir da disciplina de Sociologia.

Tabela 10 – Se utiliza de estratégias a partir do caráter formativo da disciplina para atuar sobre e antecedente aos atos de violência por e entre os alunos

Se utiliza de estratégias a partir da disciplina	Percentual	Quantidade
Sim	80,5%	70
Não	19,5%	17
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

A respeito das dificuldades para intervir sobre essas manifestações, parte significativa de 54% (ver tabela 11) dos docentes afirmaram ter alguma dificuldade de intervir sobre estas:

Tabela 11 – Percentual quanto as dificuldades de intervir sobre as práticas de violência por e entre os alunos em sala de aula

Dificuldades de intervir sobre as praticas de violência	Percentual	Quantidade
Sim	54%	47
Não	46%	40
Total	100%	87

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas do questionário aplicado, 2020.

Quando analisada quais principais tipos de dificuldade para intervir sobre essas manifestações, embora com bastante frequência de outras, aparece principalmente àquelas classificadas como violência em casos mais extremo. Vejamos algumas destas:

“Não consegui conter o aluno”(prof. P49)

“Encontra-se em meio a violência em si (generalizada).” (prof. P63)

“As poucas vezes que presenciei a violência em si não soube como agir e\ou intervi.” (prof. P4)

“Em dialogar com o agressor, a polícia foi chamada.” (prof. P29)

“Essas dificuldades acontece mais em relação aos episódios de violência. Receio que ao intervir algo pior possa acontecer.” (prof. P45)

“Dificuldades que ultrapassam o fazer docente tais quais o tráfico de drogas e banalização da violência.” (prof. P3)

“Não me sinto preparado para intervi em uma situação de agressão sem um suporte de segurança.” (prof. P62)

“de encontrar apoio dentro da própria escola para buscar medidas mais energéticas para que não houvesse uma gravidade.” (prof. P50)

Diante das dificuldades da violência extrema, o professor se sente impotente diante dessas situações mais graves de violência física e apesar de em muitos casos essas situações fugirem do fazer docente, a falta de apoio e suporte aparecem com frequência quando faltam,

por exemplo, um psicólogo, pedagogo, e disposições mínimas por parte da gestão/coordenação escolar:

“o pouco caso manifestado pela gestão.” (prof. P35)

“Falta de apoio da direção/coordenação da escola”(prof. P.64)

“Ter de agir sozinha diante da situação. Não ter respaldo da gestão depois do ocorrido.” (prof. P15)

“Conseguir apoio da gestão e da própria rede de apoio (psicológico e organizacional- Assistência Social, médica e jurídica).” (prof. P73)

Nesta situação, e também pela falta de apoio da própria escola em se disponibilizar para diferentes situações oferecendo apoio ao docente - e isso inclui planejamentos, projetos, interação com corpo docente entre outros. Faltam também em muitos casos, recursos (conforme tabela 7), ou seja, deve-se também levar em consideração a falta de suporte à própria escola, de profissionais como psicólogos, e recursos financeiros para as demandas e realização de demais atividades.

Outra prática é a indisciplina que também aparece como algumas das dificuldades para os docentes quando apontam:

“Os alunos não querem ouvir.” (prof. P39)

“Normalmente eles não te obedecem...” (prof. P52)

De acordo com Abramovay (2009) conforme referencial teórico, bem como levantamento das pesquisas realizadas pela OCDE (2013), aponta como frequentes os casos de indisciplina. Na presente pesquisa, entre as dificuldades dos profissionais aparecem relatos com comportamentos que se classificam como indisciplina que pode estar relacionada de acordo com Priotto (2009) a insatisfação, a oposição, rebeldia, inconformismo por parte dos alunos, e não necessariamente se classifica como violência, uma vez que a escola, e o próprio professor deve analisar os motivos desta e adequar-se as mudanças para melhorar a qualidade do processo educativo. Porque essa indisciplina pode estar muitas vezes atrelada a forma como é abordada as aulas, a forma como os alunos estão sendo tratados, e várias outras situações que, ainda de acordo com a autora, não necessariamente provocam danos ao outro ou a algo que lhe pertence. Só podemos considerar como violência, de acordo com Abramovay (2009) quando esses comportamentos, grosso modo, atingem um nível mais elevado e acabam se transformando em violência por parte desses alunos, mas também pode ser desencadeado por parte dos professores por não compreender essas insatisfações, refletir e saber intervir em determinados momentos. Por isso a necessidade de, quando aparecerem comportamentos de indisciplina, os docentes terem um olhar diferenciado o quanto antes para a essas manifestações.

Tal qual a indisciplina, aparecem também, agora com bastante frequência dificuldades na desnaturalização:

“fazer com que os alunos entendam a situação e mudem suas atitudes” (prof. P13)

“Fazer o aluno compreender que esta prática de violência acarreta problemas tanto na sua vida como na vida das demais pessoas a sua volta.” (prof. P26)

“desnaturalizar preconceitos que estão enraizados no ambiente escolar, familiar e social.” (prof. P36)

“O senso comum de que determinadas praticas não eram violentas” (prof. P44)

“Desconstruir tais violências. Mesmo quando utilizada em tom de brincadeira. É muito difícil desnaturalizar tais posturas racistas, machistas e lgbtfóbicas.” (prof. P84)

“a intervenção e conscientização sobre o assunto” (prof. P85)

“a cultura da violência trazida de casa.” (prof. P75)

Nas respostas, percebe-se que os professores têm dificuldades de desnaturalizar as concepções dos alunos que acham tal prática como natural. É compreensivo que os discentes tenham determinadas atitudes e certos pensamentos uma vez que participam de uma estrutura social marcada pelo preconceito, pelo machismo, dentre outros que se reproduzem como achismos e perspectivas estereotipadas produzidas pelo etnocentrismo que acabam internalizando no indivíduo quando ao praticar o ato percebê-lo como normal. E a sala de aula torna-se um palco pelo qual é possível problematizar esses preconceitos enraizados que se transformam em violência. O fazer sociologia no ensino básico, traz como requisitos mínimos o processo de estranhamento e desnaturalização porque são mecanismos que a Sociologia utiliza para entender a realidade. Quer dizer, para analisar a sociedade, precisamos desnaturalizar. A sociologia lida com assuntos do cotidiano onde analisa através de métodos, conceitos e teorias, que não deve ser de forma pronta e acabada, mas com o conhecimento reflexivo, problematizador e interdisciplinar que permite renovação se configurando também como importante instrumento de intervenção (PCNs). E o professor que leciona Sociologia precisa no mínimo, não só ter em mente, como colocar em prática esses princípios básicos, gerais e norteadores.

Esses relatos sobre as dificuldades na desnaturalização partem não só dos profissionais que não possuem formação em ciências sociais, quanto dos que possuem formação específica para lecionar Sociologia. Observa-se que as dificuldades apresentadas por parte daqueles que possuem formação em ciências sociais, são dos que não participaram de programas de

formação continuada somados aos que não possuem outras qualificações para além da graduação em Ciências Sociais.

Parte das declarações também apontam para a falta de respeito que marca presença nos depoimentos dos docentes:

“Referencia de respeito vindo de casa.” (prof.P54)

“A falta de respeito com o professor e colegas de turma” (prof.P42)

Ao analisar os depoimentos desses mesmos docentes, junto ao questionamento sobre se sentir valorizado no ambiente escolar, constata-se que essa falta de respeito pode estar ligada a não valorização do professor, e nesse caso, do próprio aluno em não se reconhecer e conhecer o professor como autor importante nesse processo de construção. Com relação ao questionamento de utilizar-se dos objetivos, conteúdos e caráter formativo da disciplina, bem como suas experiências enquanto professor(a) de Sociologia, foi questionado se os docentes já se aproveitaram de alguma situação de violência em sala de aula pra trazer discussões problematizadoras fundamentadas em conceitos e teorias como forma de intervenção sobre essas práticas de violência. Das 87 respostas, 80,5% dos docentes, afirmaram se aproveitar de alguma situação de violência ocorridas em sala de aula para trazer discussões problematizadoras fundamentadas em conceitos e teorias como forma de intervenção sobre essas práticas.

Dentre algumas dessas abordagens, apresenta-se as declarações de quem não possuem formação em Ciências Sociais:

“aproveito a oportunidade para trabalhar respeito e ética.” (Prof.R15)

“havia um grupo de alunos fazendo bullying com uma aluna devido a sua opção religiosa. A partir desse momento passei a trabalhar questões sobre o tema.” (Prof.R19)

E as declaração dos que possuem formação em Ciências Sociais:

“São trabalhados conteúdos relativos ao ensino das ciências sociais/sociologia, em especial aqueles que delineiam o desenvolvimento da sociedade capitalista e a racionalidade inerente a essa sociedade, enfatizando, a partir da análise weberiana da modernidade em que o Estado se assenta como o ente único que detém o uso legítimo da força sobre os indivíduos. No decorrer das aulas são trabalhados conteúdos especificamente voltados à compreensão dos modelos de violência estatais adotadas ao longo da história que têm no Panóptico de Bentham, analisado por Foucault, ponto de transição entre um estado de violência física e controle das mentes dos sujeitos. Apreendidas a relação entre violência e Estado, passamos a debater a teoria de campo de Bourdieu. Com esse teórico podemos detalhar pontos fulcrais dos tipos predominantes de violência, em especial

lidamos com relação entre as estruturas estruturantes presentes nos microcosmos no quais se desenvolvem as mais variadas formas de relações sociais, dentre elas, as relações de violência física e simbólica.” (Prof. P3)

“Utilizando como disparador o documentário "Riso dos Outros" foi possível desenvolver nas turmas de 3º ano do Ensino Médio os conceitos numa perspectiva antropológica, sociológica e política. A exemplo: da ideia do "Eu" e do "Outro"; estereótipos que reproduzem preconceitos e desigualdades (a exemplo da raça, gênero, classe social e sexualidade); a naturalização de práticas de submissão dos historicamente explorados; a necessidade de rever a construção histórica de uma narrativa de subjugação.” (Prof. R28)

As abordagens acima destacadas são importantes na forma que forem trabalhadas porque podem de alguma maneira atuarem como forma de intervenção sobre determinadas comportamentos e atitudes dos alunos. Entre os depoimentos dos formados em Ciências Sociais e os não formados, aqueles que possuem formação, na descrição de sua atuação enquanto professor(a) de Sociologia descreve suas abordagens de forma mais instrumentalizadas baseadas em recursos da disciplina lhe conferindo um caráter peculiar de trabalhar seus conteúdos. Enquanto que os não formados em Ciências Sociais também descreveram suas abordagens como forma de intervenção, porém de forma menos instrumentalizadas.

A pesquisa trabalhou com a hipótese de que os professores de Sociologia podem atuar na intervenção da violência praticada por e entre os alunos em sala de aula mas também aponta dificuldades devido a suas limitações.

Para verificar e fazer estudo sobre a atuação docente como forma de intervenção, foi necessário conhecer o perfil desses profissionais, bem como as condições que lhes são impostas e suas formas de atuação.

Quando analisada, aparecem dificuldades na/para intervenção os casos de violência extrema, também a indisciplina, e dificuldades na desnaturalização da violência, somados a falta de apoio da gestão bem como suporte e recursos disponíveis à escola junto a outras condições do professor que demanda e falta tempo para maioria daqueles que leciona além da Sociologia e atua em mais de uma escola e/ou turno.

Nas ocorrências de violência extrema, em muitos casos, constata-se que foge do fazer docente visto que os professores reclamam da falta de apoio da coordenação/gestão escolar onde acabam se omitindo em diferentes casos possíveis de atuação, somados na maioria das vezes a falta de recursos materiais e humanos à própria escola. Nesta situação compreende-se as dificuldades de intervenção dos docentes que se encontra numa situação extrema carregada

das dificuldades de apoio e recursos disponíveis para intervenção que se configura como uma realidade que está presente no fazer docente. Quanto as dificuldades na desnaturalização da violência, as declarações partem não só dos docentes não formados como os que possuem formação.

Quanto a indisciplina, que nem sempre pode ser associada à violência (ABRAMOVAY, 2009; PRIOTTO 2009), parte das declarações daqueles especificamente que não possuem formação em Ciências Sociais, e pode está ligada conforme Priotto (2009) a insatisfação, a oposição, rebeldia, inconformismo por parte dos alunos que pode está relacionada além de outras implicações, a própria aula tal como a forma como estão sendo ministrados os conteúdos da disciplina.

E quanto as formas de abordagens dos conteúdos da disciplina sobre determinada situação de violência e/ou antecedente aos atos, quando comparada as descrições dos formados e não formados, há diferenças que apontam singularidades ao professor formado em Ciências Sociais quando descrevem suas atuações com abordagens de forma mais instrumentalizadas demonstrando capacidade didática em se apropriar dos recursos e potenciais da disciplina. Enquanto que os não formados em Ciências Sociais, apontaram trabalhar alguns conteúdos para intervenção, porém de forma menos instrumentalizadas.

Os dados coletados mostram que os docentes podem atuar na intervenção da violência de alguma maneira mas também constata-se que os professores possuem algumas limitações e dificuldades que variam entre os formados e não formados na disciplina.

Mas diante dos objetivos da pesquisa que trata especificamente do profissional que leciona Sociologia e se utiliza desta para intervenção, evidenciou-se nas abordagens desses docentes a distância entre a temática trabalhada e o desenvolvimento de modos de pensar no qual existe a necessidade de oferecer aos alunos elementos teóricos e conceituais mínimos para que possam problematizar esse fenômeno e suas manifestações, para além do senso comum, para que possam compreender a dinâmica da vida em sociedade, mas também refletir sobre seus atos compreendendo-os e sendo capazes de modificá-los.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado está longe de esgotar a complexidade que envolve a atuação docente e mais precisamente frente às práticas de violência por e entre os alunos em sala de aula uma vez que ainda há muito conteúdo a ser explorado. Entretanto, traz condições de realizar análises importantes, questionadores e necessários a temática. Apesar das suas

limitações dentre elas a forma de amostragem, bem como a limitação apenas do contexto da sala de aula, trata de informações importantes do perfil, das condições e a atuação como forma de intervenção. Compreende as limitações dos docentes, dificuldades e necessidades, bem como possibilita através desses escritos possíveis subsídios para estratégias e discussões em relação ao tema pontuando dados de que a formação específica do professor de Sociologia, bem como sua continuidade (programas de formação continuada e pós-graduação), o apoio da gestão escolar, bem como a participação do Estado (programas de formação, boas condições salariais, estruturas adequadas, materiais didáticos, recursos humanos, demais projetos e recursos) são grandes aliados para superar alguns dos vários desafios e dificuldades e dentre eles as condições do professor de Sociologia e a mediação da violência que faz parte da nossa realidade bem como se manifesta no cotidiano desses autores.

Na realização da pesquisa foram encontradas algumas dificuldades como a própria delimitação do tema, e a escolha da metodologia adequada para a realização do trabalho. Por outro lado, algumas facilidades dentre elas o uso da internet como apoio logístico, o que possibilitou o alcance de docentes de diferentes lugares num espaço de tempo, bem como o uso de ferramentas que geram gráficos facilitando a análise.

A pesquisa aponta esse poder de atuação dos docentes e a importância da formação em Ciências Sociais. Quanto aos obstáculos, apresenta-se os materiais, e demais recursos financeiros que se configura como um dado de realidade. Entretanto, em qualquer circunstância é necessário esforço e competência do professor para buscar identificar o máximo de conteúdo e superar as barreiras de resistências assim como escapar também desses mecanismos de reprodução porque a escola também produz violência. Finalizamos apontando o professor de Sociologia como um portador do conhecimento científico em Ciências Sociais no qual possibilita com suas aulas, ao realizar a desnaturalização da violência e propôs ações que busquem a reflexão desta, bem como ações que consiga empoderá-los positivamente e fazê-los questionar e mesmo modificar determinados tipos de comportamentos.

Chama-nos atenção os casos de violência extrema porque a situação se torna mais crítica e isso repercute de forma absurda no processo de construção do conhecimento, no processo pedagógico e na própria relação de trabalho dos profissionais da educação dentro da sala de aula e é necessário que haja também protagonismo do Estado. Se contarmos com a atuação ativa do poder político do Estado para melhoria da educação no cotidiano do professor ajudaria muito a resolver não só as condições de trabalho da profissão do professor de Sociologia, bem como o problema da violência extrema com a disponibilização de

orientadores pedagógicos, psicólogos que são outros meios de mediação. Seria uma forma de resolver algumas questões e de propor novas ideias que também são responsáveis por mediar esses conflitos. E no momento, falta muitas vezes esse suporte dentro da escola no qual acaba fragilizando o ambiente escolar e a própria atuação não só do professor de Sociologia como dos demais profissionais.

Junto a Abramovay (2017) reitera-se essas dificuldades como um dado de realidade no qual temos de pensar como a escola poderia funcionar com esses dados de forma que nós não deixemos de reivindicar, para que seja melhorado e tenha mais condições e o Estado de fato possa atuar de forma ativa e eficaz.

No mais, evidencia-se a relevância da Sociologia enquanto disciplina escolar, suas especificidades como ferramenta importante para a compreensão, reflexão e debate sobre a violência escolar gerando questionamentos e possíveis soluções. Também a importância do professor Sociólogo ao buscar e colaborar para a construção do conhecimento articulando-se em mecanismos das Ciências Sociais.

7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. 1 video (25:28) violências nas escolas: medidas para combater-la / conexão. Publicado pelo Canal Futura, 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=t1KVscMCvmQ> > Acesso em: 17 jun. 2019.
- ABRAMOVAY, Miriam; AVANCINI, M. F. A violência e a escola: o caso Brasil. Brasília: UNESCO, 2003.
- ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das escolas: entre violências, Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana (RITLA); Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), 2009.
- ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas, Brasília: UNESCO; BID, 2002a.
- ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violência nas Escolas. UNESCO: Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002b.
- ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Sociedade e Estado. v. 10, n.2, pp. 299 – 342, jul./dez. 1995.
- ARENDRT, Hannah. Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ASSIS SG, CONSTANTINO P, AVANCI JQ. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2010.
- BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, M. P. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um estado da arte na pós-graduação. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 48, n. 2, pp. 256-281, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>. Acesso em: 16/11/2020.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Perfil do professor brasileiro de sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN Natal, nº 18, pp. 168-189, jan./jun de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/10820>. Acesso em: 16/11/2020.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 50, 1999.
- BRASIL. Decreto-Lei nº. 89.531, de 05 de abril de 1984. Regulamenta a Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980->

1987/decreto-89531-5-abril-1984-439813-publicacaooriginal-1-pe.html.>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL, Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 04 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº. 6.888, de 10 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.sociologos.org.br/links/indices/lei6888.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.648, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 03 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017 disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 22 jan 2020.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio MEC/Secretaria de Educação, Média e Tecnológica. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio volume 3: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, p. 101-133. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. Parte I - Bases Legais Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, p. 101-133. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Rev. Sociologias. Porto Alegre, n.8, ano 4, pp. 432-443, jul./dez.2002.

COSTA, Cristina. Revista: Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 2.ed.São Paulo: Moderna, 1997.

DEBARBIEUX, Eric. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1, pp. 163-193 jan./jun. 2001.

DIÓGENES, G.Cartografias da violência. Gangues, galeras e o movimento hip-hop. São Paulo, Annablume, 1998.

FERNANDES, Florestan. Funções das ciências sociais no mundo moderno. *In*: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. (Org.). Educação e sociedade. 9. ed. São Paulo: Ed. Nacional, pp. 22-28, 1978.

FERNANDES, Florestan. O ensino da Sociologia na escola secundária brasileira. *In*: A Sociologia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FERNANDES, F. (org.) Marx/Engels. História. São Paulo, Ática, 1989.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

HABERMAS, Jürgen. La Inclusión del Otro – estudios de teoría política. Buenos Aires: Editora Paidós, 1999.

HABERMAS, Sociologia – O Conceito de Poder em Hannah Arendt. São Paulo: Editora Ática, 1993.

JINKINGS, Nise. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia. A Sociologia no ensino médio: experiências em Santa Catarina. GT 06: Experiências de Ensino de Sociologia: Metodologia e Materiais Didáticos, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LOES, Luiza. Brasil é campeão no quesito indisciplina em sala de aula. O Tempo. 03 mar. 2015. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/interessa/brasil-e-campeao-no-quesito-indisciplina-em-sala-de-aula-1.1002486> >. Acesso em: 22 jan. 2020.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MODENA, Maura Regina. Conceitos e Formas de Violência. EDUCs, 2016.

MORAES, Amaury Cesar. “Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade”. Cadernos CEDES, v. 31, pp. 359-382, 2011.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. Tempo Social, São Paulo, v. 15, n. 1, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a01.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

NÓVOA, Antônio. Vida de professores. (Coleção Ciência da Educação) 2. ed. Porto: Porto, 1995.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia na Educação Básica Brasileira: uma análise da produção do GT ensino de sociologia na SBS Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 11 n. 1 jan/junh. 2016.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

PINZANI, Alessandro; DUTRA, Delamar Volpato (orgs). O Conceito de Poder em Habermas. Uma comparação com Arendt e Luhmann. In: HABERMAS EM DISCUSSÃO. 2008, Florianópolis. Anais do Colóquio Habermas. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 176 – 183.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 26, pp. 161-179, jan./abr 2009.

PRIOTTO, Elis Palma. Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas. 2008.200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

RODRIGUES, Leila Oliveira. Violência Escolar e Formação de Professores: estudo em escola pública de Goiânia, 2011.

SARANDY, F. M. S. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino Médio, Revista Espaço Acadêmico, ano I, n° 5, Outubro/2001 – Mensal. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/005/05sofia.htm>>. Acesso em 18 dez 2019.

SILVA, Cinthia Lopes da; SILVA, Rogério de Souza. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil: percalços e conquistas. Impulso, Piracicaba • 22(54),pp. 97-106, mai.-ago. 2012.

TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. Estud. Econ., São Paulo, vol.46, n.2, p. 471-498, abr.-jun. 2016.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

**APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO PARA TCC DESTINADO A PROFESSORES DE
SOCIOLOGIA DO ENSINO BÁSICO SOBRE SUA ATUAÇÃO QUANTO ÀS
PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA EM SALA DE AULA**

Antes de tudo agradecemos seu interesse em colaborar com nossa pesquisa que tem objetivo acadêmico.

Nesse sentido, sua participação é anônima, portanto as informações aqui prestadas são sigilosas e fundamentais para realização dessa pesquisa. Não existe resposta certa ou errada. Queremos saber a respeito de sua atuação sobre o assunto.

Desde já, agradeço por sua participação!

Cássia Betânia - Aluna do Curso de Ciências Sociais

Orientador: Prof^o Dr. Amaro Braga

01- Sexo

Feminino

Masculino

Outro

02- Formação acadêmica?

Ciências Sociais (Sociologia)

Outras áreas

03- Além da sociologia leciona outras disciplinas?

Sim

Não

04- Leciona sociologia (e) outras disciplinas em mais de um turno e/ou em mais de uma escola?

Em uma escola/único turno

Em uma escola/mais de um turno

Em mais de uma escola

05- Em qual rede atua?

Pública

Privada

Pública e privada

06- Onde atua?

Ensino Fundamental

Ensino Médio

07- Em qual região você atua?

Norte

Nordeste

Sul
Sudeste
Centro-Oeste

08- Se sente valorizado no meio escolar (por professores, alunos, coordenadores e demais funcionários) enquanto docente de sociologia?

Sim
Não

09- A escola onde atua oferece suporte (considere laboratório, estrutura física adequada e materiais didáticos suficientes e necessários) para prática docente e diferentes abordagens de questões que a disciplina permite?

Sim
Não

10- Sente ou já sentiu alguma dificuldade em selecionar, elaborar e abordar os conteúdos, bem como trabalhar com conceitos e teorias da disciplina em sala de aula?

Sim
Não
Às vezes

11- Já presenciou alguma situação de violência entre alunos na sala que estava lecionando? (considere violência das mais variadas formas. desde um palavrão, apelido pejorativo, algo mais discreto até casos mais extremos que também se manifesta na violência física).

Sim
Não

12- Quais tipos de violência praticadas por e entre jovens na sala?

13- Se utilizou de alguma medida que achou necessária, ou práticas sobre e antecedentes a esses atos?

Sim
Não

14- Com relação às práticas de violência em sala de aula realizada por e entre os alunos, já sentiu alguma dificuldade para intervir sobre essas manifestações?

Sim

Não

14a- Se sim, quais principais dificuldades?

15-Sobre os objetivos, conteúdos e caráter formativo da disciplina, bem como sua experiência enquanto professor de sociologia, já aproveitou de alguma situação de violência em sala de aula para trazer discussões de intervenção sobre essas práticas?

Sim

Não

15a – Se sim, explique.

16-Qual o nível de engajamento dos alunos nas aulas de sociologia?

Ótimo

Bom

Regular

Ruim

17- Participa ou já participou de algum programa de formação continuada?

Sim

Não

18- Para além da graduação, possui outras formações? (considere especializações, mestrado, doutorado)

Sim, na área de Ciências Sociais.

Sim, em outras áreas.

Não.

19- Quanto tempo atua como docente de Sociologia?

De 1 a 5 anos

De 5 a 10 anos

De 10 a 20 anos

De 20 a 30 anos